



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**Simulado Final**

**SEFAZ SE**

**Auditor Fiscal Tributário -  
Tributação  
Pós-Edital**

# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-SE**, cargo de **Auditor Fiscal Tributário - Tributação**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/PHVggfMRDfujMRyM6>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E	101 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E	102 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E	103 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E	104 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E	105 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E	106 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E	107 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E	108 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E	109 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E	110 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E	111 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E	112 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E	113 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E	114 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E	115 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E	116 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E	117 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E	118 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E	119 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E	120 - A B C D E

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/q5gV>

**CONHECIMENTOS GERAIS (MANHÃ)****LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 8.

*Brain rot* foi escolhida pela equipe do Dicionário Oxford como a expressão representativa do ano de 2024. É um lugar comum jornalístico examinar novidades vocabulares com o intuito de identificar tendências – no caso, “o consumo excessivo de material [online] trivial ou pouco desafiador” –, mas também para criticar modismos linguísticos. Em dezembro passado, Ancelmo Gois, colunista do *Globo*, consultou um grupo de escritores e estudiosos sobre as palavras “que ninguém aguenta mais ouvir”. As críticas visaram expressões abstrusas (“atravessamento disruptivo” teria sido “a dupla mais desagradável do ano” para o poeta Geraldo Carneiro), mas também a aplicação indiscriminada de termos de uso específico: “resiliência”, “icônico”, “camadas”, “inclusão”. Dias depois, a revista dominical da publicação prometia mostrar como determinada atriz “transformou o Natal em sinônimo de diversidade e acolhimento”. Lembrei-me de um “cardápio inclusivo” para a ceia, ouvido ao acaso no período, e entendi o incômodo.

Será mera implicância ou reação intuitiva à crença ingênua no poder libertador das novidades? O mais banal conformismo pode travestir-se de... disruptão. Em todo caso, perturbam-me certas inovações calcadas em equívocos patentes. O recém-inventado “acertivo” (para grau de acerto), o emprego de “sofrível” para algo ruim ou a regência imprópria do famigerado “prezar por” são sintomas de um domínio precário de nosso repertório lexical (“assertivo” designa algo expresso de maneira segura; “sofrível” significa “aceitável”; “zelar por” parece ser a forma vernacular geradora da confusão), tendendo para a hipercorreção. No mesmo espírito, alguns acadêmicos recheiam seus textos com termos vagos e extravagantes, supostamente aptos a captar as sutilezas dos temas que examinam. Assim, “experenciar”, “entre-lugar”, um bizarro “dororidade” e similares passaram a integrar o acervo desses novos-ricos do discurso. “A primeira qualidade da fala é a clareza, e quanto menos talento se tem, maior é o esforço para guindar-se e inflar-se, como aqueles nanicos que se alçam nas pontas dos pés” (Quintiliano, *Institutio Oratoria* II, 3, 8).

Mais do que zelar pela norma culta, ou erguer barreiras inúteis contra os neologismos, trata-se de reconhecer o valor do vocabulário para uma comunicação elaborada, precisa e vivaz. A questão tem sido discutida há séculos. O tratado *Do sublime*, de inícios do primeiro milênio, lembra que a escolha de palavras “apropriadas e magníficas” atrai e encanta os ouvintes, devendo os oradores e escritores aí se aplicar com extremo cuidado, pois isso “confere grandeza, beleza, elegância, peso, força, vigor e até uma espécie de polimento às palavras”. As belas expressões, que são “a luz própria do pensamento”, dão “alma e voz às coisas”. Adverte-se, porém, que nem sempre a solenidade é necessária: “dar a pequenas coisas nomes grandes e nobres é como pôr uma grande máscara trágica em uma criança pequena”.

\*brain rot: suposta deterioração do estado mental ou intelectual causada pelo consumo excessivo de conteúdo trivial, especialmente nas redes sociais. Em português, a tradução mais próxima seria “cérebro podre” ou “podridão cerebral”.

CARNEIRO, A. S. Palavras pecadoras. Jornal da Unicamp, 07 fev. 2025. Disponível em: [https://jornal.unicamp.br/artigo/2025/02/07/alexandre-soares-carneiro/palavras-peadoras/.\(com adaptações\).](https://jornal.unicamp.br/artigo/2025/02/07/alexandre-soares-carneiro/palavras-peadoras/.(com adaptações).)

1. A partir da leitura do texto, é possível inferir que a crítica do autor ao uso de certas palavras e expressões se deve principalmente à percepção de que esses termos
  - a) representam uma forma de subversão da norma culta, ameaçando a pureza da língua portuguesa.
  - b) são sintomas de um domínio precário do vocabulário, usados para simular erudição e clareza.
  - c) caracterizam-se como neologismos que violam as regras gramaticais da norma culta.
  - d) indicam a criatividade dos falantes, mostrando que a língua está em constante evolução.
  - e) servem como ferramentas de inclusão, permitindo que novos grupos sociais criem sua própria linguagem.

**2.** O trecho: “*O recém-inventado ‘acertivo’ (para grau de acerto), o emprego de ‘sofrível’ para algo ruim ou a regência imprópria do famigerado ‘prezar por’ são sintomas de um domínio precário de nosso repertório lexical.*” (segundo parágrafo)

- a) mostra que o uso de neologismos é sempre positivo para enriquecer o vocabulário.
- b) apresenta exemplos de termos que evidenciam dificuldades no domínio lexical.
- c) indica que erros de vocabulário são triviais e irrelevantes para a comunicação.
- d) sugere que o autor valoriza palavras pouco comuns como forma de estilo.
- e) demonstra que todos os neologismos são igualmente problemáticos e devem ser evitados.

**3.** Assinale a opção em que há correta correspondência entre o termo destacado e seu respectivo valor semântico no texto.

- a) “mas” (segundo período do primeiro parágrafo) – contraste
- b) “para” (último período do segundo parágrafo) – deslocamento
- c) “pois” (terceiro período do terceiro parágrafo) – conclusão
- d) “ou” (quarto período do segundo parágrafo) – exclusão
- e) “contra” (primeiro período do terceiro parágrafo) – oposição

**4.** No primeiro parágrafo do texto, o sinal de dois-pontos introduz

- a) uma oração explicativa
- b) uma citação
- c) uma oração conclusiva
- d) uma enumeração
- e) uma interrupção da frase

**5.** No trecho “Mais do que zelar pela norma culta, ou erguer barreiras inúteis contra os neologismos, trata-se de reconhecer o valor do vocabulário...” (primeiro período do texto), o vocábulo “se”

- a) indetermina o sujeito da oração em que se encontra.
- b) indica que a oração em destaque está na voz passiva.
- c) exprime ideia de reflexividade na oração em que se insere.
- d) tem valor condicional na oração em que se insere.
- e) funciona como parte do objeto do verbo “tratar”.

**6.** No primeiro parágrafo do texto, o termo “abstrusas” tem o mesmo sentido de

- a) criativas
- b) desatualizadas
- c) populares
- d) complexas
- e) inovadoras

**7.** No texto, pertencem à mesma classe de palavras os vocábulos

- a) “solenidade”; “máscaras” (terceiro parágrafo)
- b) “extravagantes”; “sutiliza” (segundo parágrafo)
- c) “escolhida”; “críticas” (segundo parágrafo)
- d) “clareza”; “nanicos” (terceiro parágrafo)
- e) “dominical”; “ninguém” (primeiro parágrafo)

8. "Dias depois, a revista dominical da publicação prometia mostrar como determinada atriz 'transformou o Natal em sinônimo de diversidade e acolhimento'. Lembrei-me de um 'cardápio inclusivo' para a ceia, ouvido ao acaso no período, e entendi o incômodo. Será mera implicância ou reação intuitiva à crença ingênua no poder libertador das novidades? O mais banal conformismo pode travestir-se de... disruptão."

Acerca das relações de concordância verbal estabelecidas nesse trecho, julgue os itens seguintes.

- I – No primeiro período do trecho, a forma verbal "prometia" concorda com o núcleo do sujeito "atriz".
- II – No segundo período do trecho, a forma verbal "entendi" concorda com referente implícito na frase.
- III – No terceiro período do trecho, a forma verbal "pode travestir-se" concorda com o sujeito "o mais banal conformismo".

Sobre o trecho acima, julgue os itens e assinale a opção correta:

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas o item II está certo.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Apenas os itens II e III estão certos

## CONHECIMENTOS SOBRE O ESTADO DE SERGIPE

---

*Sérgio Henrique*

9. Assinale a alternativa errada em relação ao estado de Sergipe:

- a) O estado é o terceiro maior produtor de petróleo do país e possui reservas de gás natural, potássio e magnésio, impulsionando a indústria e a arrecadação de impostos e royalties. Rosário do Catete e Carmópolis se destacam pela produção de petróleo terrestre e marítimo.

b) Embora seja o setor com a menor participação no PIB, a agropecuária é diversificada e importante para o estado, especialmente a fruticultura.

c) Há um investimento na promoção da cultura sergipana, como a iniciativa de candidatura do forró a Patrimônio Imaterial da Humanidade pela UNESCO, em parceria com o Governo Federal e outros estados do Nordeste.

d) A mangaba é obtida pelo extrativismo e sustenta centenas de famílias de "catadoras de mangaba", um grupo de mulheres que colhem a fruta em reservas extrativistas, como em Aracaju e na Barra dos Coqueiros.

e) O estado tem se posicionado como um polo de desenvolvimento no Nordeste, buscando modernização e atraindo investimentos para diversificar ainda mais sua economia. O setor que adiciona o maior valor ao o produto interno bruto (PIB) é o terciário, seguido do secundário e, por último, o setor primário.

10. Em relação ao estado de Sergipe, assinale a alternativa correta.

- a) Uma das tradições mais famosas da cidade histórica de Laranjeiras é o Lambe-Sujos e o Caboclinho, que representam a luta entre portugueses e indígenas.
- b) As Taieiras são mulheres que dançam e cantam para louvar São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Ligada à tradição da congada, é uma manifestação muito forte na cidade de Lagarto.
- c) As festas juninas estão presentes, sobretudo, na capital sergipana, tendo pouca relevância no interior do estado.
- d) A cavalhada é um folguedo introduzido no Brasil pelos holandeses e representa as guerras entre católicos e protestantes.
- e) Laranjeiras é considerada a capital da cultura e da fé, inscrita no IPHAN como patrimônio cultural nacional e na UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I (MANHÃ)****NOÇÕES DE RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA FINANCEIRA***Eduardo Mocellin*

**11.** Observe o texto a seguir: “O atual sistema de representação é consequência de longa evolução histórica, mas a reforma política é estritamente necessária”. Considerando-se que as proposições lógicas simples sejam representadas por letras maiúsculas, o texto precedente pode ser expresso corretamente por:

- a) P
- b)  $P \wedge Q$
- c)  $P \Rightarrow Q$
- d)  $(P \Rightarrow Q) \wedge R$
- e)  $P \Rightarrow (Q \wedge R)$

**12.** Dois astronautas e seus respectivos robôs chegam a uma estação espacial e precisam se posicionar juntos em uma fileira de consoles de controle. A fileira possui 10 consoles, todos disponíveis. Eles desejam se posicionar de modo que cada astronauta fique ao lado de seu próprio robô. O número de maneiras distintas que os dois astronautas e seus dois robôs podem se posicionar nos consoles é:

- a) 24
- b) 48
- c) 56
- d) 168
- e) 210

**13.** Considerando o mês comercial de 30 dias, a taxa de juros para 24 dias equivalente a uma taxa de 60% ao ano com capitalização quadrienal é:

- a) 4,0%
- b)  $1,2^{\frac{1}{5}}$

- c)  $1,3^{\frac{2}{15}} - 1$
- d)  $100 \times [1,2^{\frac{1}{5}} - 1] \%$
- e)  $100 \times [1,3^{\frac{2}{15}}] \%$

**14.** Um investidor possui dois contratos: um com valor de resgate de R\$ 3.024,00 com vencimento em 4 meses e outro com valor de resgate de R\$ 5.040,00 com vencimento em 6 meses. Ele decide descontar ambos os contratos hoje e tem duas opções de instituição financeira, ambas com taxa de juros de 24% ao ano:

- Instituição X, que aplica desconto racional simples;
- Instituição Y, que aplica desconto comercial simples.

O valor recebido na Instituição X, em comparação com o valor recebido na Instituição Y, será:

- a) R\$ 54,25 a mais
- b) R\$ 63,94 a mais
- c) R\$ 22,30 a menos
- d) R\$ 31,40 a menos
- e) R\$ 82,72 a mais

**15.** Um agricultor planeja adquirir um sistema de irrigação a ser pago em 60 parcelas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC). Considerando seu fluxo de caixa mensal, estabeleceu que nenhuma parcela pode exceder R\$ 1.760,00. Sabendo que a taxa de juros aplicada é de 2% ao mês, o valor máximo que pode ser financiado para a aquisição do sistema é:

- a) R\$ 42.000,00
- b) R\$ 45.000,00
- c) R\$ 48.000,00
- d) R\$ 50.000,00
- e) R\$ 54.000,00

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA***Luciana Marinho*

**16.** Uma das funções do governo é essencial para mitigar as desigualdades inerentes ao sistema de mercado. O governo atua favorecendo as camadas mais carentes da população, em detrimento das mais ricas. Trata-se da função

- a) alocativa.
- b) social.
- c) equitativa.
- d) distributiva.
- e) estabilizadora.

**17.** O ciclo orçamentário é o processo contínuo e cíclico pelo qual o orçamento público é planejado, aprovado, executado e avaliado. Ele é fundamental para a gestão das finanças públicas, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira eficiente e eficaz para atender às necessidades da sociedade. Nos termos dispostos na Constituição Federal de 1988, o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação no projeto da Lei Orçamentária Anual, desde que

- a) não iniciada a votação, na Comissão mista permanente de Senadores e Deputados, da parte cuja alteração é proposta.
- b) não se refira à matéria relacionada a resto a pagar.
- c) não se refira à anulação de despesa.
- d) a alteração se limite à despesa com pessoal.
- e) a alteração se limite às transferências tributárias constitucionais.

**18.** Assinale a opção que indica o princípio orçamentário segundo o qual a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Além disso, ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

- a) Princípio da Unidade
- b) Princípio da Exclusividade
- c) Princípio do Orçamento Bruto
- d) Princípio da Universalidade
- e) Princípio da Anualidade

**19.** Em relação à receita pública, a Lei 4.320/64 afirma que a receita, cuja arrecadação se origina de concessões e permissões de serviços de transporte, é considerada como:

- a) receitas de transferências.
- b) receitas de serviços.
- c) receitas de operações de créditos.
- d) receitas patrimoniais.
- e) outras receitas correntes.

**20.** De acordo com a Lei 4.320/64, que trata das finanças públicas no Brasil, qual das seguintes opções é considerada uma receita patrimonial:

- a) Impostos sobre a propriedade de veículos automotores.
- b) Juros e dividendos provenientes de investimentos realizados pelo ente público.
- c) Tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos específicos.
- d) Multas aplicadas em decorrência de infrações à legislação municipal.
- e) Operação de crédito.

**DIREITO TRIBUTÁRIO***Fernando Maurício*

**21.** Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) São constitucionais as taxas estaduais pela utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos de prevenção e combate a incêndios, busca, salvamento ou resgate prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição pelos corpos de bombeiros militares.
- II-) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- III-) A depender do tributo, ele pode ser cobrado mediante atividade administrativa vinculada ou discricionária.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

**22.** A Igreja Batista de Aracaju/SE alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às igrejas de qualquer culto.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a Igreja é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU não é devido, tendo em vista que a igreja está utilizando os valores recebidos de aluguel nas finalidades para as quais foi criada.

**23.** Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 10% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 30% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

**24.** Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) A reclamação ou recurso administrativo, quando intempestivo, não suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- II-) É constitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT.
- III-) Os valores relativos à taxa Selic recebidos pelo contribuinte na repetição de indébito tributário compõem a base de incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

**25.** Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

**26.** Conforme dispõe o Constituição Federal, com redação dada pela EC 132/2023 (Reforma Tributária), são características do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, **exceto**:

- a) Incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
- b) Incidirá sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- c) Não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.
- d) Será instituído por meio de Lei Complementar Federal.
- e) Terá suas alíquotas fixadas por meio de Lei Complementar Federal.

**27.** Com relação à CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços, inserida na Constituição Federal pela Reforma Tributária, julgue os itens a seguir:

- I-) A CBS poderá ter sua alíquota fixada em lei ordinária.
- II-) A CBS integrará sua própria base de cálculo.
- III-) Lei complementar disporá sobre regime específico de tributação da CBS para combustíveis e lubrificantes, em que o tributo incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

- 28.** Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:
- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
  - b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
  - c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de recurso administrativo.
  - d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
  - e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

federativos são competências exclusivas do Comitê Gestor.

- e) O Comitê Gestor poderá instituir normas locais específicas para cada ente federativo, desde que respeitada a legislação nacional.

- 30.** Com base na Constituição Federal, analise as afirmativas abaixo sobre a não cumulatividade e o regime de créditos do IBS:

- I. O contribuinte poderá aproveitar créditos de IBS relativos à aquisição de bens e serviços, exceto quando se tratar de bens ou serviços considerados de uso ou consumo pessoal especificados em lei complementar, ou nas demais hipóteses excepcionadas pela própria Constituição.
- II. Quando um contribuinte realiza uma operação beneficiada por isenção ou imunidade do IBS, ele não gera crédito para o adquirente e deverá anular o crédito relativo às etapas anteriores, salvo nas hipóteses em que a lei complementar autorize a sua manutenção, nos termos permitidos pela Constituição.
- III. A Constituição permite que a lei complementar condicione o aproveitamento do crédito à verificação do efetivo recolhimento do imposto na operação anterior, desde que o adquirente tenha meios de recolher o imposto diretamente ou que o recolhimento ocorra na liquidação financeira.

Assinale a alternativa correta:

- a) O Comitê Gestor é um órgão consultivo vinculado ao Ministério da Fazenda, cuja função é apenas orientar os Estados e Municípios sobre a aplicação do IBS.
- b) Compete ao Comitê Gestor decidir o contencioso judicial relacionado ao IBS, inclusive em grau de recurso especial.
- c) O Comitê Gestor possui autonomia administrativa, mas depende financeiramente da União para sua manutenção.
- d) A arrecadação, compensação e distribuição do produto da arrecadação do IBS entre os entes

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

**CONTABILIDADE GERAL***Silvio Sande*

**31.** A comercial S2 adquiriu computadores para revenda cujo preço era R\$ 550.000,00, quitando a compra por 500.000,00, no ato, em decorrência do desconto concedido pelo fornecedor, destacado na Nota Fiscal. Considerando as informações recebidas, o registro contábil desta operação, pela S2, deve ser por ela realizado da seguinte forma:

- a) Débito: Compras (Estoque) de Mercadorias .....500.000,00  
Crédito: Fornecedores .....500.000,00
- b) Débito: Computadores (Ativo Imobilizado) .....500.000,00  
Crédito: Caixa .....500.000,00
- c) Débito: Cadeiras (Ativo Imobilizado) .....550.000,00  
Crédito: Caixa .....500.000,00  
Crédito: Descontos Incondicionais Obtidos .....50.000,00
- d) Débito: Compras (Estoque) de Mercadorias .....500.000,00  
Crédito: Caixa .....500.000,00
- e) Débito: Compras (Estoque) de Mercadorias .....500.000,00  
Débito: Descontos Incondicionais Obtidos .....50.000,00  
Crédito: Fornecedores .....550.000,00

**32.** Com relação aos Intangíveis, analise os itens a seguir:

- I. Ativos Intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos ao teste de recuperabilidade.
- II. Ativos Intangíveis com vida útil definida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade anualmente.
- III. O Goodwill (ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura) gerado internamente deve ser reconhecido como um ativo.

Assinale a opção correta.

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III
- e) Nenhuma proposição está correta.

**33.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, assinale a alternativa que indique apenas despesas classificadas de acordo com o método da função, em uma empresa industrial.

- a) custo dos serviços prestados e despesas de depreciação
- b) despesas de salários e despesas financeiras
- c) despesas comerciais e despesas administrativas
- d) despesas de publicidade e consumo de matérias-primas
- e) despesas de amortização e despesas com perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

**34.** Uma empresa que possui Duplicatas a Receber registradas em seu Ativo Circulante realiza um desconto de duplicatas em um determinado montante.

Considerando que a operação de desconto foi realizada com duplicatas que tinham vencimentos futuros (180 dias), o valor dos juros descontados a serem reconhecidos no ato da operação devem ser contabilizados como

- a) despesas financeiras no Resultado.
- b) conta redutora das duplicatas descontadas no Ativo.
- c) conta redutora das Receitas, no Resultado.
- d) despesa antecipada, no Ativo Circulante.
- e) conta redutora das duplicatas descontadas no Passivo.

**35.** A empresa comercial SS S.A. adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda no valor de R\$ 123.000,00. Nesse valor estão embutidos tributos não cumulativos no montante de R\$ 34.000,00. O custo do frete correu por conta do fornecedor, mas a compradora arcou com despesas de seguros para o transporte das mercadorias da fábrica até seu armazém, no valor de R\$ 1.000,00, que serão pagos 10 dias após o recebimento das mercadorias. A operação referida pode ser contabilizada na empresa compradora, conforme o lançamento a seguir

a) D MERCADORIAS PARA REVENDA 124.000,00

D TRIBUTOS A RECUPERAR 34.000,00

C TRIBUTOS A RECOLHER 34.000,00

C FORNECEDORES 124.000,00

b) D MERCADORIAS PARA REVENDA 89.000,00

D DESPESAS COM SEGUROS 1.000,00

D TRIBUTOS A RECUPERAR 34.000,00

C FORNECEDORES 124.000,00

c) D MERCADORIAS PARA REVENDA 90.000,00

D DESPESAS TRIBUTÁRIAS 34.000,00

C FORNECEDORES 124.000,00

d) D MERCADORIAS PARA REVENDA 123.000,00

D DESPESAS COM SEGUROS 1.000,00

D FORNECEDORES 124.000,00

e) D MERCADORIAS PARA REVENDA 90.000,00

D TRIBUTOS A RECUPERAR 34.000,00

C FORNECEDORES 124.000,00

---

## CONTABILIDADE DE CUSTOS

*Marcondes Fortaleza*

**36.** Sobre a terminologia aplicada à contabilidade de custos, marque a assertiva correta:

a) O pagamento dos dias parados com a mão de obra da fábrica num período de greve é uma perda e uma despesa.

b) Perda improdutiva é o sacrifício patrimonial involuntário e normal.

c) Investimento é o pagamento correspondente à aquisição de um bem ou serviço.

d) Despesa é a redução patrimonial involuntária com o objetivo de realização de receitas.

e) Os gastos posteriores à produção podem ser custos ou despesas.

**37.** Marque a assertiva que aponta uma característica dos subprodutos:

a) Não têm mercado garantido.

b) São os produtos mais relevantes para o faturamento da empresa.

c) O valor apurado na venda dos subprodutos não é registrado como receita.

d) Recebem os custos de produção, mediante apropriação de custos conjuntos, inclusive por rateios.

e) Não são contabilizados como estoques.

**38.** Marque a assertiva incorreta a respeito do Custo Padrão

a) Custo padrão é o custo ideal de fabricação de um produto.

b) Caso o custo real seja superior ao custo padrão, a diferença aí ocorrida será considerada desfavorável, uma vez que o custo efetivo foi menor que o estabelecido como meta para a empresa.

c) Para alcançar o custo padrão é necessário que a indústria tenha equipamentos, matérias primas e mão de obra da melhor qualidade, operando sem desperdícios e com 100% da sua capacidade instalada.

d) O custo padrão é usado para controle dos custos, permitindo a comparação entre o custo real e o custo que deveria ter ocorrido.

e) Diferente do custo padrão ideal, o custo padrão corrente leva em consideração as deficiências da indústria.

---

- 39.** Considere que a Cia MAVIFOR fabricou, no exercício, 300 unidades, das quais vendeu, nesse mesmo período, 25 unidades, ao preço unitário R\$ 30. Considere também que:

Custos e despesas operacionais	R\$
Matéria-prima e outros materiais diretos	2.000
Mão de obra direta	2.200
Custos indiretos variáveis	600
Custos indiretos fixos	1.200
Despesas fixas de vendas	500
Despesas variáveis de vendas, por unidade	2

A margem de contribuição total das unidades vendidas é de:

- a) R\$ 100,00.
- b) R\$ 200,00.
- c) R\$ 300,00.
- d) R\$ 400,00.
- e) R\$ 441,66.

- 40.** A empresa MAVIFOR produz e vende um único produto. No mês de outubro, a MAVIFOR produziu e vendeu 100 unidades, tendo incorrido em custos e despesas totais no valor de R\$ 950,00. O preço unitário líquido de venda foi R\$ 10,00 e a margem de contribuição unitária correspondia a 20% deste valor. O Ponto de Equilíbrio Contábil do mês de outubro, em quantidade, foi de

- a) 55 unidades.
- b) 60 unidades.
- c) 65 unidades.
- d) 70 unidades.
- e) 75 unidades.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

*Antônio Daud*

- 41.** Considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a alternativa que NÃO menciona finalidade do sistema de controle interno:

- a) exercer o controle das operações de lançamento tributário, bem como dos direitos e haveres da União.
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- c) exercer o controle dos avais e garantias dados pela União.
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

- 42.** Assinale a alternativa que apresenta, de acordo com a Lei 9.637/1998, característica essencial das Organizações Sociais:

- a) tratar-se de ente privado revestido de finalidade lucrativa.
- b) pertencer à Administração Pública em sentido formal.
- c) qualificação dependente diretamente de ato de competência do Ministro da Justiça e Segurança Pública.
- d) comprovação de regular funcionamento há pelo menos três anos.
- e) participação de representante do poder público no Conselho de Administração.

**43.** Considerando as disposições contidas no Decreto 11.462/2023, que atualmente regulamenta o sistema de registro de preços (SRP), julgue os itens a seguir:

- I. Em licitação para registro de preços, é prescindível a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários.
- II. O SRP poderá ser adotado quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado, entre outras hipóteses.
- III. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.
- IV. A existência de preços registrados obriga a Administração a contratar os produtos.

Assinale a alternativa que apresenta todas as assertivas corretas:

- a) I, II, e IV.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e IV.

**44.** Tomando por base as regras aplicáveis às licitações na Lei 14.133/2021, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em regra, é vedada a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo.
- b) Obra representa toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

c) Nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modelling - BIM*).

- d) Os licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados e contratados nos termos desta Lei terão prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e deverão ser orientados pelos princípios da celeridade, da cooperação, da economicidade e da eficiência.
- e) Na contratação de obras de grande vulto, é facultado à Administração inserir no edital matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

**45.** No que se refere ao regramento dado pela Lei Federal 14.133/2021 a respeito dos contratos administrativos, é correto afirmar que:

- a) A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento, embora possa onerar o objeto do contrato.
- b) O contratado será obrigado a corrigir, a suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- c) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá subsidiariamente pelos encargos previdenciários.
- d) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos trabalhistas.
- e) Sendo um negócio jurídico de caráter personalíssimo, a legislação prevê que, na execução do contrato, o contratado está impedido de subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento.

**46.** Considerando o acordo de não persecução cível (ANPC), previsto na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, é correto afirmar que:

- a) Será celebrado pelo ente federativo lesado ou pelo Ministério Público, com oitiva do Poder Judiciário.
- b) Dependerá de homologação judicial caso celebrado na via administrativa.
- c) É constitucional a utilização da colaboração premiada, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público.
- d) Permitirá a redução em até 2/3 o valor do dano causado ao erário.
- e) É incabível sua celebração após a prolação da sentença condenatória ou no momento da execução da sentença condenatória.

**47.** No que se refere à organização administrativa do Estado, pode-se afirmar que a descentralização administrativa

- a) resulta na criação dos estados e municípios.
- b) permitiu a criação dos Ministérios e da Presidência da República.
- c) sempre resulta na transferência da titularidade e da execução de serviços públicos.
- d) por colaboração resulta na transferência do serviço público para autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista.
- e) por colaboração, também chamada de delegação, não depende de lei específica.

**48.** Assinale a afirmativa que CONTRARIA os preceitos normativos sobre a organização da Administração Pública.

- a) A desconcentração ocorre dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- b) Os conselhos de fiscalização profissional, por serem entidades de direito público, submetem-se ao regime de precatórios.
- c) A imunidade tributária recíproca pode ser aplicada a empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- d) Agência executiva consiste na qualificação dada à autarquia ou fundação que tenha celebrado contrato de gestão com o Poder Público.
- e) O consórcio público pode ser constituído ou como associação pública ou como pessoa jurídica de direito privado.

**49.** Considerando os entendimentos consolidados do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação aos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A garantia do salário-mínimo diz respeito ao vencimento básico.
- b) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais a índices federais de correção monetária.
- c) O Judiciário está autorizado, por força do princípio da isonomia, a majorar remunerações dos servidores públicos.
- d) Servidores inativos fazem jus à percepção do auxílio-alimentação legalmente concedido aos servidores em exercício do cargo.
- e) O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos deve ser objeto de fundamentação acerca das razões pelas quais não propôs a revisão, sendo que tal conduta não gera direito subjetivo à indenização.

**50.** Suponha que determinado município sergipano tenha delegado à iniciativa privada a prestação do serviço público de transporte coletivo, tendo celebrado contrato de concessão com empresa privada, após regular processo licitatório realizado na modalidade concorrência. Caso reste comprovado que a concessionária esteja prestando o serviço de forma inadequada ou deficiente, o poder concedente:

- a) deverá decretar a caducidade da concessão, mediante autorização legislativa específica e posterior indenização.
- b) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto municipal, sendo que a indenização devida à empresa é calculada no decurso do processo, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.
- c) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto municipal, não cabendo qualquer indenização à empresa.
- d) deverá aplicar sanção ao concessionário, por meio da intervenção na concessão.
- e) ensejará a nulidade do contrato, impedindo os efeitos jurídicos que a avença, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*Nelma Fontana*

**51.** Durante um julgamento no STF, discutiu-se a interpretação do art. 5º, XII, da CF/1988, que dispõe:

“é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”.

O relator afirmou que a proteção ao sigilo de correspondência e de dados é de aplicabilidade imediata, embora possa sofrer restrição em situações constitucionais excepcionais. Já quanto à interceptação telefônica, destacou que a sua execução depende de lei regulamentadora, inexistindo aplicabilidade direta e integral do texto.

Com base na classificação de José Afonso da Silva, é correto afirmar que

- a) Tanto a proteção ao sigilo de correspondência e dados quanto a interceptação telefônica são normas de eficácia limitada, pois exigem regulamentação legal para produzir efeitos.
- b) A inviolabilidade de correspondência e de dados é norma de eficácia contida, enquanto a disciplina sobre interceptação telefônica é norma de eficácia limitada.
- c) Ambas são normas de eficácia contida, já que comportam restrições advindas de lei infraconstitucional e de situações constitucionais específicas.
- d) A inviolabilidade de correspondência e dados é norma de eficácia plena, e apenas a interceptação telefônica é norma de eficácia contida.
- e) A inviolabilidade de correspondência e dados é norma de eficácia limitada, porque pode sofrer restrição em estado de defesa ou sítio, e a interceptação telefônica é norma de eficácia plena, por depender apenas de ordem judicial.

**52.** Em um seminário de Direitos Humanos, três pesquisadores apresentam as seguintes teses:

A primeira sustenta que os direitos de primeira geração surgiram ainda no século XVII, no bojo da Revolução Industrial, e se caracterizam por exigir do Estado uma postura de atuação positiva, garantindo igualdade material.

O segundo afirma que a fraternidade inspira os direitos de terceira geração, voltados à proteção de interesses difusos e transindividuais, como o meio ambiente, a paz e o patrimônio comum da humanidade.

O terceiro defende que a globalização política e o pluralismo configuram os direitos de quarta geração, mas que outros autores, como Bobbio, vinculam essa mesma dimensão a avanços genéticos e tecnológicos.

Com base nas classificações dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta

a) O primeiro pesquisador está correto ao situar os direitos de primeira geração no século XVII, vinculados à Revolução Industrial.

b) O segundo está incorreto, pois a fraternidade não se relaciona à terceira geração, mas à segunda, ligada aos direitos sociais.

c) O terceiro está incorreto, pois Bobbio não associa a quarta geração à genética e à biotecnologia, mas à democracia e ao pluralismo político.

d) O primeiro está incorreto quanto ao século e ao marco histórico, enquanto o segundo e o terceiro estão corretos em suas exposições.

e) Todos estão corretos, pois a classificação de Karel Vasak, Bonavides e Bobbio coincide ao indicar os mesmos marcos históricos e os mesmos exemplos para cada geração de direitos.

**53.** Um município editou lei exigindo que motoristas de aplicativo se filiassem a uma associação local de transporte para obter autorização de funcionamento. Paralelamente, um grupo de associados ajuizou ação para que a própria associação defendesse judicialmente os interesses de todos os seus membros, com base em cláusula estatutária que previa autorização genérica para representação.

Considerando a CF/1988 e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta

a) A exigência de filiação é constitucional, pois a liberdade de associação tem caráter apenas positivo, assegurando a qualquer pessoa o direito de se associar.

b) A associação pode representar os filiados judicialmente mesmo sem autorização expressa, bastando previsão estatutária genérica.

c) A exigência de filiação à associação é inconstitucional, pois a liberdade de associação também possui dimensão negativa, vedando a compulsoriedade.

d) A associação pode representar seus membros em juízo independentemente de autorização, pois a liberdade de associação garante plena autonomia decisória da entidade.

e) Tanto a obrigatoriedade de filiação quanto a representação estatutária genérica são válidas, já que a Constituição reconhece a função social das associações.

54. O Prefeito de uma cidade do interior editou decreto proibindo a circulação de motocicletas após as 22 horas, sob a justificativa de que a medida reduziria os índices de criminalidade. A União, por sua vez, já havia legislado sobre normas gerais de trânsito, definindo limites de velocidade, regras de circulação e penalidades aplicáveis aos condutores. Um grupo de cidadãos ajuizou ação questionando a validade do decreto municipal, alegando invasão de competência constitucional.

Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta

- a) O decreto municipal é válido, pois o Município tem competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte dentro de sua circunscrição.
- b) O decreto municipal é inválido, pois compete exclusivamente à União legislar sobre trânsito e transporte.
- c) O decreto municipal é válido, pois o Município tem competência concorrente com a União para legislar sobre trânsito e transporte, podendo editar normas mais restritivas.
- d) O decreto municipal é inválido, pois a competência municipal restringe-se a legislar sobre assuntos de interesse local, e trânsito não se enquadra nessa categoria.
- e) O decreto municipal é inválido, pois a competência do Município para regulamentar trânsito limita-se à execução das normas gerais da União, não podendo inovar criando restrições desproporcionais ao direito de locomoção.

55. Durante o mandato presidencial, o Chefe do Executivo editou decreto extinguindo cargos públicos vagos em determinado órgão da administração federal. Um partido político com representação na Câmara dos deputados ingressou com ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, alegando violação ao princípio da separação dos Poderes e usurpação de competência legislativa. Considerando a disciplina constitucional acerca das atribuições do Presidente da República, assinale a alternativa correta.

- a) O Presidente da República não possui competência para extinguir cargos públicos por decreto, ainda que vagos, pois a matéria é de reserva legal absoluta.
- b) O Presidente da República pode extinguir cargos públicos, ainda que providos, por meio de decreto autônomo, desde que justificada a necessidade administrativa.
- c) O Presidente da República pode editar decreto autônomo para extinguir cargos públicos, desde que estejam vagos, hipótese expressamente autorizada pela Constituição Federal.
- d) O Congresso Nacional, ao sustar o decreto presidencial que inova no ordenamento jurídico, exerce controle de constitucionalidade típico.
- e) O STF não admite o controle concentrado de constitucionalidade de decretos autônomos, por não se equipararem às espécies normativas primárias.

## Simulado Final SEFAZ-SE (Auditor Fiscal Tributário - Tributação) - 21/09/2025

**56.** Em 2023, João, advogado, obteve decisão judicial transitada em julgado em ação contra a União, garantindo-lhe o pagamento de honorários sucumbenciais. Após a expedição do precatório, João foi surpreendido com a notícia de que poderia utilizar o crédito para compensar débitos inscritos em dívida ativa relativos a contribuições previdenciárias.

Ao mesmo tempo, recebeu proposta de uma empresa privada interessada em adquirir parte do crédito, com deságio, para utilizá-lo em futura outorga de concessão de serviço público a ser licitada. Inseguro, João procurou orientação jurídica sobre a validade dessas operações, à luz da jurisprudência do STF. Considerando o caso narrado, assinale a alternativa correta

- a) João não pode ceder parte de seu crédito em precatório a terceiros, pois se trata de verba de natureza alimentar, inalienável.
- b) A cessão do crédito em precatório somente poderia ocorrer se houvesse expressa anuência da União, em respeito ao princípio da indisponibilidade do interesse público.
- c) João pode, de imediato, compensar seus débitos inscritos em dívida ativa com o crédito de precatório, porque a EC 113/2021 assegurou autoaplicabilidade plena da compensação em face da União.
- d) A utilização de precatórios para pagamento de outorga em concessões de serviço público é admitida pela Constituição, e a cessão a particulares pode ocorrer livremente, bastando a comunicação ao tribunal e ao ente devedor.
- e) A cessão do crédito somente poderia ser feita por meio de leilão judicial, após autorização do tribunal responsável pelo precatório, sob pena de nulidade da transação.

**57.** Em 2024, a Assembleia Legislativa do Estado Alfa editou lei ordinária que criou novas hipóteses de aposentadoria compulsória de servidores estaduais, estabelecendo idade inferior à prevista

no texto constitucional. A lei foi aplicada imediatamente, atingindo servidores que estavam próximos de se aposentar voluntariamente, o que gerou grande repercussão.

Um grupo de deputados estaduais apresentou representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado, alegando afronta à Constituição Estadual, que reproduz de forma obrigatória as regras da CF/1988 sobre aposentadoria de servidores. Ao julgar a ação, o órgão fracionário (Câmara Cível) do Tribunal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade da lei estadual, afastando sua aplicação aos servidores prejudicados.

O Estado interpôs recurso extraordinário, sustentando que apenas o Plenário do Tribunal poderia declarar a inconstitucionalidade da norma e que a decisão da Câmara violou a cláusula de reserva de plenário.

Considerando o caso narrado, assinale a alternativa correta

- a) A decisão proferida pela Câmara Cível foi válida, pois, no controle difuso, qualquer órgão julgador pode declarar a inconstitucionalidade de lei.
- b) A decisão da Câmara Cível violou a reserva de plenário, pois órgãos fracionários de tribunal não podem afastar a aplicação de lei por fundamento de inconstitucionalidade sem submissão ao Plenário ou órgão especial.
- c) A decisão é nula, pois nem mesmo o Plenário do Tribunal de Justiça poderia exercer controle de constitucionalidade de leis estaduais em face da Constituição Estadual.
- d) A decisão produz efeitos erga omnes e vinculantes, dado que foi proferida por Tribunal em sede de controle difuso, havendo mutação constitucional que estendeu esses efeitos a todos os julgados.
- e) A decisão produz efeitos *ex nunc* e apenas para os servidores que ajuizaram a ação, em razão da regra da coisa julgada no controle difuso de constitucionalidade.

58. Em 2024, a Defensoria Pública estadual ajuizou ação civil pública em defesa de famílias de baixa renda que foram removidas de suas residências em razão de obras públicas. No processo, o Município contestou a legitimidade da Defensoria, alegando que sua atuação estaria restrita apenas a demandas individuais e que a instituição não possuiria autonomia funcional. Em paralelo, discutiu-se a natureza da OAB, já que os advogados privados também haviam ingressado como assistentes dos autores. Ainda, o Ministério Público também atuou na causa, uma vez que, envolvia interesse de incapaz. Considerando a situação narrada e a disciplina constitucional das funções essenciais à justiça, assinale a alternativa correta

- a) A Defensoria Pública possui legitimidade para ações coletivas, e sua autonomia funcional e administrativa é garantida pela Constituição.
- b) A Defensoria Pública somente pode atuar em demandas individuais, pois não possui competência constitucional para ações de caráter coletivo.
- c) A Ordem dos Advogados do Brasil integra a Administração Pública indireta, submetendo-se ao controle do Tribunal de Contas da União.
- d) O Ministério Público é órgão auxiliar do Poder Judiciário, podendo atuar apenas em processos criminais, sem legitimidade para ações coletivas cíveis.
- e) As funções essenciais à justiça estão hierarquicamente subordinadas ao Poder Judiciário, pois atuam em conjunto com a prestação jurisdicional.

59. Durante debate em uma audiência pública na Câmara Federal, discutia-se a possibilidade de transformar determinada região em um novo Estado da Federação. Um deputado sustentou que, para isso, bastaria a aprovação de uma lei ordinária pelo Congresso Nacional. Outro parlamentar afirmou que, antes mesmo da análise legislativa, seria necessário consultar a população da área a ser desmembrada, por meio de plebiscito. Diante da divergência, a questão foi levada a estudo pela assessoria legislativa.

Com base na Constituição Federal, é correto afirmar que a criação de um novo Estado brasileiro

- a) depende de autorização prévia do Supremo Tribunal Federal, seguida da edição de lei ordinária federal.
- b) exige consulta plebiscitária à população diretamente interessada, além de lei complementar federal aprovada pelo Congresso Nacional.
- c) demanda, exclusivamente, a edição de lei complementar federal pelo Congresso Nacional, sem necessidade de consulta popular.
- d) pressupõe a manifestação favorável da Assembleia Legislativa do Estado a ser desmembrado, mediante emenda à Constituição Estadual.
- e) pode ocorrer por iniciativa popular, desde que o plebiscito seja aprovado por maioria absoluta da população de todo o território nacional.

**60.** Durante a legislatura em curso, a Câmara dos Deputados instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos destinados a programas habitacionais. O requerimento de instauração foi assinado por 1/3 dos parlamentares e delimitou como objeto fatos específicos.

Durante os trabalhos, a CPI decidiu

- I. Determinar a quebra de sigilo bancário de determinado investigado;
- II. Intimar magistrado federal para prestar esclarecimentos sobre sentença proferida em processo que envolvia empresa investigada;
- III. Aprovar a condução coercitiva de uma testemunha que, sem justificativa, deixou de comparecer;
- IV. Decretar a prisão preventiva de empresário acusado de tentar destruir documentos relevantes.

Diante do caso apresentado, assinale a alternativa correta

- a) Todas as medidas adotadas pela CPI estão dentro de suas competências constitucionais e jurisprudenciais.
- b) A CPI pode quebrar sigilo bancário, mas não pode convocar magistrado para depor sobre sentença por ele proferida.
- c) A CPI pode decretar prisão preventiva, pois seus poderes são equivalentes aos do Judiciário.
- d) A CPI não pode requisitar a condução coercitiva de testemunha, ainda que não haja justificativa para sua ausência.
- e) A CPI não pode sequer intimar testemunhas, limitando-se apenas à requisição de documentos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I (TARDE)****DIREITO EMPRESARIAL***Cadu Carrilho*

**61.** A respeito do estabelecimento:

- a) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária, em certas ocasiões se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.
- b) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, e de publicado na imprensa oficial.
- c) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.
- d) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, ainda que não contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- e) Mesmo havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.

**62.** No que tange às sociedades limitadas, marque a que está de acordo com a lei:

- a) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, podendo ser constituída por uma ou mais pessoas.
- b) O capital social divide-se em quotas sempre iguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.
- c) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais da metade do capital social.
- d) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado, sendo que a administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiriram essa qualidade.
- e) O exercício do cargo de administrador cessa pela destituição, em qualquer tempo, do titular, ou pelo término do prazo se, fixado no contrato ou em ato separado, não sendo possível a recondução.

**64.** No que diz respeito à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) A ausência de registro da transferência implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado.
- b) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do evento danoso.
- c) A empresa locadora de veículos responde, civil e subsidiariamente, com o locatário, pelos danos por este causados a terceiros, no uso do carro locado.
- d) Os juros moratórios, no caso de responsabilidade extracontratual, fluem a partir da data do arbitramento.
- e) Simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.

---

## DIREITO CIVIL

*Mário Godoy*

**63.** Com relação aos bens, assinale a alternativa correta.

- a) Uma biblioteca considera-se uma universalidade de direito.
- b) Petróleo é considerado como fruto.
- c) O rastreador automotivo pode se considerar uma pertença.
- d) Um jardim ornamental enquadra-se como benfeitoria útil.
- e) Terrenos de marinha são bens de uso especial.

**DIREITO PENAL***Renan Araújo*

65. A prefeitura do município Beta iniciou procedimento licitatório para a aquisição de itens de papelaria, que seriam utilizados para abastecer as repartições públicas municipais. Eduardo, um dos licitantes, ofereceu R\$ 5.000,00 a Marcelo, outro licitante, a fim de que este desistisse de participar da licitação. Marcelo, embora receoso, aceitou a oferta e efetivamente desistiu de participar. A licitação, porém, foi vencida por Thiago, um terceiro concorrente.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Eduardo praticou o crime de afastamento de licitante, e a conduta de Marcelo é atípica.
- b) Eduardo praticou o crime de afastamento de licitante, e Marcelo incorrerá nas mesmas penas.
- c) Eduardo e Marcelo não praticaram crime, eis que a licitação foi vencida por um terceiro, não tendo havido prejuízo à administração pública.
- d) Eduardo praticou o crime de afastamento de licitante, e Marcelo responderá pelo mesmo crime, com pena diminuída de um sexto a um terço.
- e) A conduta de Eduardo é atípica, pois não houve emprego de violência ou grave ameaça contra Marcelo.

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL***Eduardo Da Rocha*

66. A legislação do ICMS de Sergipe prevê que determinadas circunstâncias não alteram a caracterização do fato gerador do imposto. Essa previsão busca assegurar a efetividade da tributação e impedir que aspectos formais ou subjetivos afastem a incidência do tributo. Com base no exposto, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. A natureza jurídica da operação ou prestação não interfere na caracterização do fato gerador.

II. A incidência do ICMS depende da validade da posse do veículo transportador utilizado na operação.

III. Ocorre gato gerador ainda que a pessoa jurídica não esteja regularmente constituída, desde que configure uma unidade econômica ou profissional.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

67. A empresa Metalúrgica Nordeste Ltda. adquiriu automóveis para uso pessoal de seus diretores, contratou serviços de consultoria não relacionados à sua atividade-fim e realizou operações de comercialização em que a saída subsequente estava isenta de ICMS. Diante dessas situações, o setor fiscal da empresa ficou em dúvida sobre o aproveitamento de créditos. Com base na legislação do ICMS de Sergipe, assinale a alternativa correta:

- a) A empresa poderá se creditar do imposto relativo às operações de saída isentas, mas não do imposto incidente na aquisição de veículos de transporte pessoal.
- b) É vedado o crédito do imposto relativo tanto aos veículos de transporte pessoal como aos serviços alheios à atividade, mas permanece o direito de crédito nas operações em que a saída subsequente está isenta.
- c) É vedado o crédito do imposto relativo às três situações descritas, pois todas se enquadram em hipóteses de não aproveitamento previstas na legislação.
- d) Apenas a aquisição de veículos de transporte pessoal não gera direito a crédito; nas demais hipóteses, o crédito é admitido.
- e) Todas as operações descritas geram direito a crédito, desde que a empresa comprove sua escrituração regular.

Simulado Final SEFAZ-SE (Auditor Fiscal Tributário - Tributação) - 21/09/2025

---

**68.** Durante um processo de monitoramento, a empresa Comercial Sergipana Ltda. foi informada pela Secretaria da Fazenda sobre indícios de inconsistências em suas declarações de ICMS. O servidor do fisco solicitou esclarecimentos e orientou a empresa a corrigir as falhas identificadas, mas não lavrou termo de início de fiscalização. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) A atuação do servidor caracteriza início de procedimento fiscal, sendo obrigatória a lavratura do termo de início de fiscalização.
- b) O servidor não poderia solicitar esclarecimentos ao contribuinte sem instaurar procedimento fiscal formal.
- c) O servidor atuou de forma correta, pois a solicitação de esclarecimentos e a orientação ao sujeito passivo em ações de monitoramento não configuram início de procedimento fiscal.
- d) A ausência de termo de início de fiscalização invalida a orientação fornecida ao contribuinte.
- e) O servidor somente poderia agir dessa forma caso houvesse autorização judicial prévia.

**69.** Em 2024, diversas situações envolvendo veículos ocorreram em Sergipe:

- Maria adquiriu um carro usado diretamente de um particular. Posteriormente, constatou que havia débitos de IPVA referentes a 2021 e 2022, não quitados pelo antigo proprietário.
- A empresa de leilões *Martelo Forte*, representada por seu leiloeiro oficial, entregou veículos arrematados a José, sem exigir a comprovação do pagamento do IPVA pendente dos exercícios anteriores.
- Carlos vendeu sua caminhonete em janeiro de 2024, mas só comunicou a alienação ao DETRAN/SE em junho do mesmo ano.
- Um agente público do DETRAN/SE autorizou o registro de transferência de um veículo sem verificar a quitação do imposto.

Com base na legislação do IPVA do Estado de Sergipe, assinale a alternativa correta:

- a) Maria não responde pelos débitos anteriores, pois tais obrigações são sempre do proprietário anterior.
- b) O leiloeiro é contribuinte do IPVA em relação aos veículos arrematados.
- c) Carlos é responsável pelo IPVA entre a data da alienação até a data em que comunicou a transferência ao DETRAN/SE, em junho de 2024.
- d) O agente público é contribuinte do IPVA.
- e) Maria é responsável tributário pelo IPVA a partir da data da aquisição.

**70.** A legislação do ICMS de Sergipe define regras específicas para a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e). Analise as afirmativas abaixo:

- I. O cancelamento da NFC-e somente pode ser solicitado pelo emitente em até 30 minutos da autorização de uso, desde que não tenha ocorrido a saída da mercadoria.
- II. Nas operações em que o destinatário precise ser identificado pelo CNPJ, deve ser utilizada a NF-e, modelo 55, em substituição à NFC-e.
- III. É vedada a emissão de NFC-e em operações de valor igual ou superior a R\$ 100.000,00, sendo obrigatória, nessa hipótese, a emissão de NF-e.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

**71.** A legislação sergipana prevê hipóteses de isenção do IPVA em benefício de determinadas categorias de veículos e contribuintes. Analise as afirmativas abaixo:

- I. São isentos do IPVA os veículos pertencentes a Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo Brasileiro, desde que atendidos os requisitos de documentação previstos em regulamento.
- II. É imune ao IPVA o veículo de uso terrestre com mais de 15 anos de fabricação.
- III. A embarcação de pescador profissional, pessoa física, utilizada na pesca artesanal ou de subsistência, comprovada por entidade representativa da classe, é isenta do IPVA, limitada a uma embarcação por beneficiário.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

**72.** O Município de Estância firmou termo de cooperação com a Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe para operacionalizar a cobrança da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos (TFSD). No primeiro mês de vigência do acordo, foram arrecadados R\$ 200.000,00 relativos à taxa. Durante auditoria, um servidor municipal levantou dúvidas quanto ao repasse dessa receita e também quanto à possibilidade de firmar convênios semelhantes com outros entes federativos. Com base na legislação sergipana, assinale a alternativa correta:

- a) O Município de Estância terá direito a 50% da receita arrecadada com a TFSD, ou seja, R\$ 100.000,00.
- b) O Estado deve reter a totalidade da receita da TFSD, repassando apenas valores previamente fixados por decreto do Poder Executivo.

c) A legislação veda expressamente que Municípios firmem convênios ou termos de cooperação para operacionalizar a cobrança da TFSD.

d) Apenas órgãos e entidades da União podem celebrar convênios com o Estado de Sergipe para operacionalizar procedimentos relacionados à taxa.

e) O Município terá direito a apenas 30% da receita da TFSD.

**73.** A empresa Indústria Textil Sergipana S.A. foi beneficiada pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), usufruindo de incentivo fiscal de ICMS. No entanto, em três meses alternados de 2024, a empresa deixou de recolher o encargo devido ao Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF). Posteriormente, quando tentou regularizar a situação, questionou sobre o percentual a ser aplicado, a possibilidade de parcelamento e a hipótese de dispensa do pagamento. Com base na legislação sergipana, assinale a alternativa correta:

- a) O percentual do FEEF é de 10% sobre o valor total do ICMS recolhido pelo contribuinte.
- b) O não pagamento do FEEF por três meses, consecutivos ou não, acarreta a perda definitiva do incentivo ou benefício fiscal concedido.
- c) O débito relativo ao FEEF não recolhido no prazo não pode ser parcelado.
- d) O contribuinte que apresentar incremento na arrecadação equivalente ao valor do encargo devido ao FEEF deve recolher o valor correspondente à metade do FEEF que seria devido sem o incremento.
- e) O contribuinte que apresentar incremento na arrecadação equivalente ao valor do encargo devido ao FEEF deve recolher o valor correspondente a um quinto do FEEF que seria devido sem o incremento.

**74.** O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), instituído pela Lei nº 3.140/1991 e regulamentado pelo Decreto nº 29.935/2014, busca incentivar o desenvolvimento econômico de Sergipe através da concessão de incentivos e estímulos a empreendimentos. Sobre esse programa, analise as afirmativas abaixo:

- I. O prazo de fruição do apoio fiscal concedido pelo PSDI é de 10 anos.
- II. O benefício fiscal não se aplica ao ICMS retido por substituição tributária.
- III. As operações destinadas a consumidor final são abrangidas pelo benefício fiscal, desde que promovidas pela unidade industrial beneficiária.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

## **LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL**

---

*Rafael Rocha (Caverna)*

**75.** De acordo com a legislação tributária estadual que rege o ITCMD no Estado de Sergipe, pode-se dizer que o imposto é devido ao Estado em qual das seguintes situações envolvendo a transmissão de bens móveis?

- a) Quando o doador é domiciliado no exterior e o donatário reside no Estado.
- b) Quando o inventário é processado neste Estado, desde que nele também seja domiciliado o herdeiro.
- c) Quando o herdeiro é domiciliado em outro Estado e o de cujus possui bens no exterior.
- d) Quando o donatário reside no exterior e o doador é domiciliado no Estado.
- e) Quando os bens móveis estão situados fora do território deste Estado, desde que nele esteja domiciliado o de cujus.

**76.** Com base na legislação tributária estadual que rege o ITCMD no Estado de Sergipe, qual das opções abaixo indica uma hipótese de isenção do ITCMD na transmissão por doação?

- a) transmissão de imóvel rural com área que não ultrapasse o módulo rural, desde que o recebedor não seja proprietário ou possuidor de imóvel.
- b) transmissão do conjunto de bens e direitos transmitidos a cada beneficiário, cujo valor seja igual ou inferior a 5.000 UFP/SE.
- c) transmissão de imóveis a colonos em núcleos oficiais ou reconhecidos pelo Governo, em atendimento à política de redistribuição de terras.
- d) transmissão de bem imóvel, desde que o valor seja igual ou inferior a 2.600 UFP/SE, e cujos recebedores comprovem não possuir outro imóvel e não possuam renda mensal superior a 3 salários-mínimos.
- e) transmissão de bens sujeitos à incidência do ICMS.

**77.** Com base na legislação tributária estadual que rege o ITCMD no Estado de Sergipe, as alíquotas do ITCMD são as seguintes:

- a) 2%, 4% e 6%, nas transmissões *causa mortis*, e 4% e 6% nas doações.
- b) 2%, 4% e 8%, nas transmissões *causa mortis*, e 4% e 8% nas doações.
- c) 2%, 3%, 6% e 8%, nas transmissões *causa mortis*, e 2%, 4%, 6% e 8% nas doações.
- d) 2%, 4%, 6% e 8%, nas transmissões *causa mortis*, e 2%, 4%, 6% e 8% nas doações.
- e) 2%, 3%, 6% e 8%, nas transmissões *causa mortis*, e 2%, 3%, 6% e 8% nas doações.

**78.** Com base na legislação que rege o Processo Administrativo Fiscal no Estado de Sergipe, pode-se afirmar que os julgadores do CONSUREF terão mandato de:

- a) até 2 anos, sendo permitida uma recondução.
- b) até 3 anos, sendo permitida uma recondução.
- c) 2 anos, sendo permitida uma recondução.
- d) 3 anos, sendo permitida uma recondução.
- e) 3 anos, sendo permitida uma recondução apenas para os efetivos.

**79.** Com base na legislação que rege o Processo Administrativo Fiscal no Estado de Sergipe, assinale a incorreta acerca do Pedido de Revisão:

- a) será apresentado ao CONTRIB/SE, contra decisão de 1<sup>a</sup> instância contrária ao autuado, no prazo de 15 dias, quando o crédito tributário represente até 671 UFPs/SE.
- b) será apresentado à própria Comissão de Julgamento de 1<sup>a</sup> Instância, em relação aos autos de infração por ela julgados, quando contrárias ao autuado, no prazo de 15 dias, quando o crédito tributário represente até 671 UFPs/SE, devendo ser apreciado pela mesma autoridade que julgou originalmente o caso.
- c) à própria Comissão de Julgamento de 1<sup>a</sup> Instância, dos autos de infração por ela julgados, quando contrárias ao autuado, no prazo de 30 dias, quando o crédito tributário represente até 671 UFPs/SE.
- d) será apresentado ao CONTRIB/SE, contra decisão de 1<sup>a</sup> instância contrária ao autuado, no prazo de 10 dias, quando o crédito tributário represente até 671 UFPs/SE.
- e) à própria Comissão de Julgamento de 1<sup>a</sup> Instância, dos autos de infração por ela julgados, quando contrárias ao autuado, no prazo de 15 dias, quando o crédito tributário represente até 671 UFPs/SE.

**80.** Com base na legislação que rege o Processo Administrativo Fiscal no Estado de Sergipe, assinale a opção que indica corretamente a ordem de prioridade – da maior para a menor – dos processos para fins de julgamento:

- a) ordem cronológica do fato gerador; maior valor; imputação de crime contra a ordem tributária; sujeito passivo que esteja em regime especial de fiscalização; sujeito passivo que esteja com inscrição estadual cancelada ou baixada; com apreensão de mercadorias, tendo a Secretaria de Estado da Fazenda ficado como fiel depositária.
- b) maior valor; ordem cronológica do fato gerador; imputação de crime contra a ordem tributária; sujeito passivo que esteja em regime especial de fiscalização; sujeito passivo que esteja com inscrição estadual cancelada ou baixada; com apreensão de mercadorias, tendo a Secretaria de Estado da Fazenda ficado como fiel depositária.
- c) maior valor; ordem cronológica do fato gerador; imputação de crime contra a ordem tributária; sujeito passivo que esteja com inscrição estadual cancelada ou baixada; sujeito passivo que esteja em regime especial de fiscalização; com apreensão de mercadorias, tendo a Secretaria de Estado da Fazenda ficado como fiel depositária.
- d) maior valor; ordem cronológica do fato gerador; imputação de crime contra a ordem tributária; com apreensão de mercadorias, tendo a Secretaria de Estado da Fazenda ficado como fiel depositária; sujeito passivo que esteja em regime especial de fiscalização; sujeito passivo que esteja com inscrição estadual cancelada ou baixada.
- e) ordem cronológica do fato gerador; imputação de crime contra a ordem tributária; maior valor; sujeito passivo que esteja em regime especial de fiscalização; sujeito passivo que esteja com inscrição estadual cancelada ou baixada; com apreensão de mercadorias, tendo a Secretaria de Estado da Fazenda ficado como fiel depositária.

**AUDITORIA FISCAL***Tonyvan Carvalho*

**81.** A suficiência da evidência de auditoria, segundo a NBC TA 500 (R1), refere-se:

- a) Apenas à qualidade de evidência obtida.
- b) Ao grau de persuasão que a evidência exerce sobre o auditor.
- c) À relevância e confiabilidade da evidência para sustentar a opinião do auditor.
- d) À avaliação dos riscos de distorção relevante e à qualidade da evidência de auditoria.
- e) Ao número de testes de observância aplicados.

**82.** Risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria. Ao definir o plano de auditoria, o auditor decidiu utilizar amostragem estatística para um teste de detalhes sobre uma população de grande volume, homogênea e com baixo valor individual por item. Além disso, estabeleceu risco de amostragem mínimo. Essa decisão implicará:

- a) Amostra menor, pois o risco de amostragem é baixo.
- b) Substituição de procedimentos substantivos por testes de controles.
- c) Amostra menor, pois a homogeneidade dispensa representatividade.
- d) Uso obrigatório de seleção sistemática, dado o grande volume da população.
- e) Amostra maior, devido à relação inversa entre risco aceito e tamanho da amostra.

**83.** Fraude é o ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal. No contexto da NBC TA 240 (R1), assinale a alternativa correta:

- a) O auditor é o principal responsável pela prevenção e detecção de fraudes.
- b) O risco de não detecção de fraude é menor do que o risco de não detecção de erro, dado que a fraude deixa rastros mais claros.
- c) O conluio entre empregados ou entre a administração e terceiros aumenta a dificuldade de detecção de fraudes pelo auditor.
- d) A fraude é caracterizada apenas quando envolve valores elevados, diferindo do erro, que se refere a valores irrelevantes.
- e) Quando identificada uma fraude, o auditor deve, obrigatoriamente, retirar-se do trabalho.

**84.** De acordo com a NBC TA 700 e 705, assinale a alternativa correta quanto à opinião do auditor:

- a) A opinião adversa é emitida quando as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes, mas não generalizadas.
- b) A opinião com ressalva deve ser emitida quando houver limitações ao alcance significativas e generalizadas.
- c) A abstenção de opinião ocorre quando o auditor não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, e os possíveis efeitos das distorções não detectadas podem ser relevantes e generalizados.
- d) O parágrafo de ênfase modifica a opinião do auditor sempre que for incluído.
- e) A opinião não modificada só pode ser emitida se não houver nenhuma distorção, ainda que irrelevante, nas demonstrações contábeis.

**85.** No contexto da auditoria independente realizada na empresa TCO S/A, a finalidade dos testes de observância é:

- a) subsidiar os testes substantivos na verificação dos saldos contábeis.
- b) permitir a revisão integral de todas as transações registradas.
- c) limitar-se a realizar investigações detalhadas apenas em casos de suspeita de fraude.
- d) focar na avaliação dos controles operacionais, suficientes para a robustez das evidências de auditoria.
- e) avaliar de forma crítica a conformidade dos controles internos e aderência administração.

**86.** Na auditoria da escrita fiscal, um auditor identificou saldo credor na conta Caixa. Considerando os indícios de fraude, é correto afirmar que:

- a) O saldo credor de caixa é uma situação normal quando há muitos pagamentos a prazo.
- b) A existência de saldo credor de caixa é indício clássico de omissão de receitas.
- c) Caso identificado, o saldo credor de caixa não pode fundamentar lançamento tributário.
- d) O ônus da prova sobre a omissão de receitas cabe exclusivamente ao fisco.
- e) A ocorrência deve ser desconsiderada caso a empresa alegue erro de digitação.

**87.** Segundo a NBC TA 450, assinale a alternativa correta sobre a avaliação de distorções identificadas durante a auditoria:

- a) O auditor deve ignorar distorções não corrigidas se forem imateriais individualmente, sem considerar o efeito agregado.
- b) Distorção é qualquer diferença entre o valor divulgado e o valor requerido pela estrutura de relatório financeiro aplicável.

c) Distorções de julgamento não precisam ser consideradas pelo auditor, pois envolvem estimativas contábeis.

- d) O auditor não precisa avaliar os efeitos de distorções não corrigidas de períodos anteriores.
- e) A distorção só se caracteriza quando decorre de fraude, não de erro.

**88.** Se o estoque for relevante para as demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TA 501, o auditor deve:

- a) Avaliar a estratégia de compras da entidade para verificar se está de acordo com o plano orçamentário.
- b) Obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre sua existência e condições, mediante acompanhamento da contagem física ou procedimentos alternativos, se aplicável.
- c) Apenas verificar o valor de mercado para definir a necessidade de provisão para perdas.
- d) Acompanhar a contagem física somente se o estoque não for custodiado por terceiros.
- e) Confirmar junto a fornecedores se o estoque está devidamente pago.

**89.** Quando o acompanhamento da contagem física dos estoques for impraticável e não for possível aplicar procedimentos alternativos para obter evidência suficiente, o auditor deve:

- a) Emitir opinião não modificada, mencionando o fato em parágrafo de ênfase.
  - b) Ajustar o valor do estoque com base em estimativas históricas da entidade.
  - c) Modificar sua opinião no relatório de auditoria por limitação de alcance.
  - d) Solicitar à administração que transfira o estoque para local de fácil acesso.
  - e) Emitir relatório complementar específico para os estoques.
-

**90.** Durante o processo de execução da auditoria das demonstrações contábeis da empresa TCO S/A do exercício de 2024, O Auditor Tonin observou que o valor com a aquisição de uma máquina de fazer massa de cuscuz havia sido debitado na conta de despesa com manutenção de equipamentos industriais. Nessa situação, são aplicáveis

- a) um teste principal de ativo para superavaliação e um teste secundário de despesa para subavaliação.
- b) um teste principal de despesa para superavaliação e um teste secundário de ativo para subavaliação.
- c) um teste secundário de ativo para superavaliação e um teste principal de despesa para subavaliação.
- d) um teste secundário de despesa para subavaliação e um teste principal de ativo para superavaliação.
- e) um teste secundário de despesa para superavaliação e um teste principal de ativo para subavaliação.

b) A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa devem constituir um único documento nos autos do processo de execução.

- c) O executado será citado para, no prazo de 15 dias, pagar a dívida ou garantir a execução.
- d) Os imóveis serão os bens sobre os quais a penhora recairá preferencialmente.
- e) Excepcionalmente, são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.

**93.** Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de:

- a) 30 dias.
- b) 60 dias.
- c) 90 dias.
- d) 120 dias.
- e) 180 dias.

**94.** A respeito da restituição de tributos, analise os seguintes itens:

- I. A correção monetária e os juros moratórios incidem a partir da data do trânsito em julgado da sentença.
- II. Em relação aos tributos diretos, o contribuinte de direito só poderá pleitear a restituição, caso prove ter suportado o ônus tributário ou esteja autorizado a receber a restituição por quem suportou o ônus.
- III. O prazo para pleitear a restituição de tributos sujeitos ao autolançamento é de 5 anos, a contar da data da ocorrência do fato gerador.

Estão corretos apenas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.
- e) Nenhum.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II (TARDE)

### DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

*Rafael Rocha (Caverna)*

**91.** Considerando o disposto na Lei Federal nº 6.830/1980, artigo 2º, a Dívida Ativa da União será apurada e inscrita no(a):

- a) Subsecretaria de Tributação e Contencioso, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- b) Subsecretaria da Dívida Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional.
- c) Banco Central do Brasil.
- d) Procuradoria da Fazenda Nacional.
- e) Departamento de Gestão da Dívida Ativa da União, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**92.** Sobre a execução fiscal, marque a alternativa correta:

- a) a dívida regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez.

95. Assinale a opção que contém apenas ações de iniciativa do sujeito passivo:

- a) Exceção de pré-executividade, ação declaratória e medida cautelar fiscal.
- b) Ação de consignação em pagamento, embargos à execução e mandado de segurança.
- c) Ação de execução fiscal, ação anulatória e ação de repetição de indébito tributário.
- d) Medida cautelar fiscal, embargos à execução e mandado de segurança.
- e) Ação de consignação em pagamento, ação declaratória e ação de execução fiscal.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

*Ricardo Torques*

96. Na hipótese de ausência de normas que regulem processos administrativos, as disposições do Código de Processo Civil

- a) não poderão ser aplicadas.
- b) serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.
- c) serão aplicadas supletivamente, apenas.
- d) serão aplicadas subsidiariamente, apenas.
- e) serão aplicadas de forma preferencial.

97. Assinale a opção correta acerca do entendimento dos tribunais superiores acerca do mandado de segurança.

- a) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.
- b) Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- c) Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.
- d) É cabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- e) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

98. Caso o Estado do Sergipe seja demandado judicialmente em razão de ato praticado na Secretaria de Estado da Fazenda, a citação será realizada

- a) perante qualquer servidor público da repartição.
- b) perante o chefe da repartição.
- c) perante o governador.
- d) perante o secretário da fazenda.
- e) perante a advocacia pública responsável por sua representação judicial.

99. No que diz respeito à teoria geral das provas, assinale a opção correta de acordo com o CPC.

- a) Caberá ao juiz, desde que a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.
- b) O juiz apreciará a prova constante dos autos, a depender do sujeito que a tiver promovido, não podendo utilizar o seu convencimento para prejudicar aquele que produziu a prova.
- c) O juiz não poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo.
- d) Os fatos notórios não dependem de prova.
- e) Não se admite a produção de provas não especificadas no código de processo civil.

**100.** Com base nas regras previstas no CPC a respeito das nulidades, assinale a opção correta.

- a) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.
- b) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida inclusive pela parte que lhe deu causa.
- c) As citações e as intimações serão anuláveis quando feitas sem observância das prescrições legais.
- d) Quando a lei prescrever determinada forma e esta não for respeitada, o juiz considerará inválido o ato independentemente de ter sido alcançada a sua finalidade.
- e) A nulidade dos atos pode ser alegada em qualquer momento pelas partes.

---

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL**

---

*Rafael Rocha (Caverna)*

**101.** Com base na legislação tributária estadual que rege o ITCMD no Estado de Sergipe, acerca da incidência do imposto, assinale a opção incorreta:

- a) Nas transmissões sujeitas à incidência do imposto, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os herdeiros, legatários, donatários ou usufrutuários, ainda que o bem ou direito seja indivisível.
- b) A antecipação da legítima e a doação com encargo sujeitam-se ao imposto normalmente.
- c) Considera-se meação, o valor atribuído ao meeiro, cônjuge ou companheiro, superior à fração ideal a qual fazem jus.
- d) Na hipótese de doação de bens e direitos com reserva de usufruto em nome do doador, o imposto deve incidir apenas sobre a doação.
- e) O fideicomisso é uma modalidade de substituição hereditária que consiste na instituição de herdeiro ou legatário, designado fiduciário, com a obrigação de, por sua morte, a certo tempo ou sob condição preestabelecida, transmitir a uma outra pessoa, chamada fideicomissário, a herança ou o legado.

**102.** A abertura da sucessão, momento que marca a ocorrência de um dos fatos geradores do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), ocorre na data:

- a) da distribuição da petição inicial do inventário.
- b) da nomeação do inventariante.
- c) da lavratura do testamento.
- d) em que morreu o autor da herança.
- e) em que há a aceitação da herança.

**103.** João, domiciliado em Aracaju/SE, faleceu, deixando sua esposa Maria e 3 filhas: Márcia, Carolina e Rebecca. O total dos bens comuns do casal montava a importância de R\$ 4.500.000,00. De acordo com a legislação civil em vigor na data do óbito, e com o regime de casamento adotado pelo casal, caberia à Maria apenas 50% desses bens comuns, a título de meação, devendo os outros 50% ser divididos igualmente entre as três filhas, de modo que cada uma delas receberia R\$ 750.000,00.

Ocorre, todavia, que, feita a partilha, decidiu-se que Maria receberia bens no valor total de R\$ 2.500.000,00. Márcia nada recebeu, pois renunciou pura e simplesmente ao quinhão que lhe caberia como herança; enquanto Rebecca ficou com R\$ 1.500.000,00, em razão de Carolina ter renunciado a parte de seus bens em seu favor.

Dante desse caso hipotético, sabendo que o ITCMD é devido a SE, pode-se verificar a ocorrência de:

- a) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões causa mortis e 2 relativos a transmissões por doação.
- b) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 3 relativos a transmissões por doação.
- c) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 2 relativos a transmissões por doação.
- d) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões causa mortis e 1 relativo a uma transmissão por doação.
- e) 3 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 1 relativo a uma transmissão por doação

**104.** Com base na legislação tributária estadual que rege o ITCMD no Estado de Sergipe, no inventário e arrolamento que não for requerido dentro do prazo de 120 dias da abertura da sucessão, o imposto devido será acrescido de multa equivalente a:

- a) 5% do valor do quinhão hereditário.
- b) 10% do valor do imposto.
- c) 20% do valor do imposto.
- d) 5% do valor dos bens transmitidos.
- e) 10% do valor dos bens transmitidos.

**105.** Com base na legislação tributária estadual que rege o PAF no Estado de Sergipe, assinale qual das situações abaixo não admite a interposição do recurso especial:

- a) decisão em que tenha participado membro do Conselho que seja incompetente ou impedido.
- b) decisão divergente, a respeito da mesma matéria, proferida anteriormente pela mesma Câmara.
- c) decisão não unânime proferida em recurso.
- d) decisão divergente, a respeito da mesma matéria, proferida anteriormente por outra Câmara.
- e) decisão que não tenha observado a jurisprudência firmada pelo STF em súmula vinculante.

**106.** Sérgio, residente e domiciliado no Estado de Sergipe, doou ao filho Paulo, residente no Estado de Goiás, um rebanho com 2 mil cabeças de gado, o qual se encontra na Fazenda Riacho Doce, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse caso, o ITCMD:

- a) é devido pelo donatário no Estado de Mato Grosso do Sul, onde está o rebanho.
- b) é devido pelo donatário no Estado de Goiás, onde reside o donatário.
- c) é devido pelo doador no Estado de Goiás, onde reside o donatário.
- d) é devido pelo donatário no Estado de Sergipe, onde o doador tem domicílio.
- e) é devido pelo doador ao Estado de Sergipe, onde o doador tem domicílio.

**107.** Com base na legislação tributária estadual que rege o PAF no Estado de Sergipe, assinale a assertiva incorreta acerca do Pedido de Reconsideração:

- a) Pode ser interposto pela Subsecretaria da Receita Estadual e pelo Procurador Geral do Estado.
- b) Será apresentado ao CONSUREF, em regra.
- c) É admitido quando constatada mediante prova incontroversa a improcedência total ou parcial do crédito reclamado ou a nulidade do lançamento.
- d) Será submetido à Comissão Julgadora de Primeira Instância, caso se refira a Auto de Infração cujo valor do crédito tributário seja inferior a 671 UFPs/SE.
- e) Com a sua interposição, os efeitos da CDA ficam suspensos até o julgamento.

**108.** Com base na legislação tributária estadual que rege o PAF no Estado de Sergipe, julgue os itens a seguir:

- I. caso de crimes contra a administração pública
- II. retenção de processos além dos prazos estabelecidos para julgamento, sem motivo justificável
- III. deixar de proferir voto no prazo legal, nos processos em que solicitou vista, exceto em casos devidamente justificados.
- IV. faltar, sem motivo justificado, a 2 sessões consecutivas ou a 4 intercaladas, no mesmo exercício.

Pode-se afirmar que os membros do CONTRIB/SE e da Comissão Julgadora de 1<sup>a</sup> Instância serão destituídos das suas funções, nas seguintes hipóteses:

- a) apenas I e II.
- b) apenas I e III.
- c) apenas I, II e IV.
- d) apenas I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

**109.** Com base no Decreto 29.803/14, que regulamenta o Processo Administrativo Fiscal no Estado de Sergipe, considere os itens a seguir.

- I. falta de atendimento de notificação.
  - II. falta de pagamento do documento de arrecadação relativo ao ICMS Antecipado e a Complementação de Alíquota.
  - III. falta de pagamento do IPVA.
  - IV. divergência entre as informações fornecidas pelos contribuintes e as extraídas através do confronto com os registros presentes na base de dados da SEFAZ
  - V. falta de pagamento de taxas estaduais.
- O Auto de Infração Simplificado - Modelo II será lavrado apenas nas hipóteses mencionadas em:
- a) I, II e III.
  - b) I, II, IV e V.
  - c) I, II, III e V.
  - d) I, III, IV e V.
  - e) I, II e IV.

**110.** Com base na legislação que rege o Processo Administrativo Fiscal no Estado de Sergipe, assinale a opção que indica corretamente o quórum mínimo necessário à aprovação de súmulas pelo CONSUREF:

- a) maioria simples.
- b) maioria absoluta.
- c) 2/3 dos presentes.
- d) 3/4 dos presentes.
- e) 3/4 do total de conselheiros.

**DIREITO TRIBUTÁRIO II - REFORMA TRIBUTÁRIA***Eduardo Da Rocha*

**111.** A emissão de documentos fiscais eletrônicos é essencial para o correto cumprimento das obrigações tributárias no novo modelo do IBS e da CBS. Acerca das disposições legais sobre essa obrigação, analise as afirmativas a seguir:

I. A emissão de documento fiscal eletrônico é obrigatória inclusive nas operações isentas, imunes ou com alíquota zero de IBS e CBS.

II. As informações constantes no documento fiscal eletrônico têm natureza informativa e não se configura confissão do valor devido.

III. A obrigatoriedade de emissão do documento fiscal eletrônico alcança até mesmo operações de transferência de bens entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, ainda que não haja incidência de IBS ou CBS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

**112.** A tributação nas operações de importação de serviços e bens imateriais com incidência do IBS e da CBS representa relevância no novo sistema tributário sobre o consumo. Considerando as disposições legais aplicáveis à importação de serviços e bens imateriais, assinale a alternativa correta:

- a) O IBS e a CBS incidem apenas sobre serviços que sejam executados fisicamente no território nacional, não alcançando serviços realizados no exterior, ainda que consumidos no Brasil.
- b) Caso o serviço contratado de fornecedor estrangeiro seja prestado em relação a bem localizado no Brasil, não se considera configurada

importação de serviço, pois não há entrada física de bem.

c) Na hipótese de consumo parcial no Brasil e no exterior, o IBS e a CBS incidirão sobre o valor total da operação, independentemente da parcela efetivamente consumida no território nacional.

d) O adquirente brasileiro é considerado contribuinte do IBS e da CBS nas aquisições de serviços ou bens imateriais de fornecedor estrangeiro, ainda que não esteja domiciliado no Brasil.

e) As plataformas digitais, mesmo que domiciliadas no exterior, serão responsabilizadas pelo pagamento do IBS e da CBS nas importações realizadas por seu intermédio.

**113.** A empresa **Comercial Delta Ltda.**, importadora de equipamentos industriais, efetuou a importação de um lote de máquinas provenientes da Alemanha. O valor aduaneiro das mercadorias foi de R\$ 500.000. No despacho aduaneiro, foram destacados os seguintes tributos e encargos:

- Imposto de Importação: R\$ 50.000
- Imposto Seletivo: R\$ 10.000
- AFRMM: R\$ 5.000
- Cide-Combustíveis: R\$ 2.000
- IPI: R\$ 40.000
- ICMS: R\$ 60.000

Diante do caso apresentado e com base na LC 214/25, assinale a alternativa correta:

- a) O valor da base de cálculo do IBS e da CBS será R\$ 607.000.
- b) A base de cálculo do IBS e da CBS será R\$ 527.000.
- c) A base de cálculo do IBS e da CBS será R\$ de R\$ 547.000.
- d) A base de cálculo do IBS e da CBS será de R\$ 627.000.
- e) A base de cálculo será de R\$ 567.000.

**114.** A imunidade do IBS e da CBS nas exportações de bens materiais não se limita apenas às operações com saída física do território nacional. A legislação prevê hipóteses específicas em que a exportação ocorre sem essa saída. Considerando esse contexto, analise as afirmativas a seguir:

- I. A entrega de bens no Brasil a uma loja franca autorizada a operar sob regime especial se equipara à exportação imune ao IBS e à CBS.
- II. A entrega, no território nacional, de bens que serão incorporados a embarcação ou plataforma em construção ou conversão contratada por empresa sediada no exterior ou a seus módulos, com posterior destinação às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, é considerada exportação imune.
- III. A venda de aeronave nacional a empresa sediada no exterior, entregue à companhia aérea regular sediada no Brasil, não se enquadra como exportação imune ao IBS e à CBS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

**115.** A sistemática de devolução de tributos no novo modelo do IBS e da CBS tem como um dos seus pilares a mitigação dos efeitos regressivos da tributação sobre o consumo, especialmente para as famílias de baixa renda. Com base na legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- a) A devolução da CBS será efetuada pela União e do IBS exclusivamente pelos Estados.
- b) A devolução será realizada em favor de qualquer contribuinte que possua inscrição regular no CPF.
- c) Para fins de devolução, considera-se como beneficiário o responsável, residente no território nacional, pela unidade familiar cadastrada no CadÚnico, desde que possua CPF regular e renda familiar per capita de até meio salário-mínimo.
- d) A inclusão no sistema de devolução depende de requerimento do interessado e está condicionada à aprovação por parte do fisco estadual ou federal.
- e) A devolução restringe-se apenas ao IBS, não alcançando a CBS, por se tratar de tributo de competência federal.

**116.** A Lei Complementar 214/2025 estabelece redução de alíquotas do IBS e da CBS para determinados produtos voltados à saúde menstrual, desde que atendam aos requisitos da Anvisa. Considerando essa previsão legal, assinale a alternativa que apresenta o correto percentual de redução das alíquotas aplicável ao fornecimento de tampões, absorventes e coletores menstruais.

- a) 50%
- b) 75%
- c) 100%
- d) 18%
- e) 0%

**117.** O início do procedimento fiscal possui efeitos relevantes sobre o direito à denúncia espontânea e delimita formalmente a atuação da fiscalização tributária. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas a seguir:

- I. O início do procedimento fiscal exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores e, independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.
- II. O monitoramento ou cruzamento de dados pelas administrações tributárias é suficiente para caracterizar o início do procedimento fiscal e, consequentemente, excluir a espontaneidade do sujeito passivo.
- III. A apreensão de documentos, inclusive em meio digital, configura início de procedimento fiscal e impede a aplicação da denúncia espontânea em relação aos fatos anteriores.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

**118.** O novo modelo federativo de tributação trazido pela LC 214/2025 busca garantir uniformidade interpretativa e procedural na aplicação do IBS e da CBS, mediante a atuação coordenada de órgãos criados com essa finalidade. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) O Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias possui função consultiva e suas deliberações não vinculam os entes federativos.
- b) O Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias tem competência deliberativa sobre obrigações acessórias e procedimentos comuns relativos ao IBS e à CBS.
- c) Compete ao Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias a uniformização da

regulamentação e da interpretação das normas relativas ao IBS e à CBS em matérias comuns.

- d) As resoluções aprovadas pelo Fórum de Harmonização Jurídica vinculam diretamente as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) O Comitê de Harmonização e o Fórum Jurídico atuam conjuntamente com o poder de editar normas gerais sobre o IBS e a CBS, com força de lei complementar.

**119.** Determinado Município contratou a empresa Equipamentos do Brasil S/A para fornecimento de aparelhos, por meio de licitação eletrônica regularmente realizada. A equipe fiscal da empresa ficou em dúvida sobre a sistemática de incidência do IBS e da CBS aplicável à operação, tendo em vista que se trata de aquisição de bens por ente da administração pública direta.

Considerando a LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) As alíquotas do IBS e da CBS não sofrem qualquer redução nas aquisições feitas por entes públicos, salvo quando se tratar de bens importados.
- b) O produto da arrecadação será rateado entre todos os entes federativos.
- c) A alíquota da CBS será zerada, e a alíquota municipal do IBS será elevada de forma equivalente à soma do IBS e da CBS originalmente devidos, respeitado o redutor previsto.
- d) O Município não poderá se beneficiar da sistemática especial se a aquisição for feita por meio de pregão eletrônico.
- e) A sistemática especial se aplica apenas às aquisições realizadas pela União, excluindo Estados, Municípios e o Distrito Federal.

**120.** A Lei Complementar 214/2025 prevê que contribuintes poderão optar pelo procedimento simplificado de split payment, aplicável às operações com adquirentes não contribuintes no regime regular do IBS e da CBS. Com base nessa sistemática, analise as afirmativas abaixo:

- I. O procedimento simplificado de split payment é facultativo, mas uma vez adotado, deverá ser aplicado tanto para o IBS quanto para a CBS, não podendo ser aplicada de forma isolada a um dos tributos.
- II. Os valores recolhidos pelo procedimento simplificado serão sempre proporcionais ao valor do imposto devido em cada operação, observando a exatidão do débito tributário.
- III. Caso os valores recolhidos superem os débitos do contribuinte no período de apuração, o excedente deverá ser transferido ao fornecedor no prazo de até três dias úteis após a conclusão da apuração.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

## Discursiva 1

A Emenda Constitucional nº 132/2023 inaugurou no Brasil um modelo de IVA dual sobre o consumo, com IBS (estadual/municipal) e CBS (federal), além do Imposto Seletivo (IS). A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou a incidência, a base de cálculo, o regime de não-cumulatividade por crédito financeiro e o Comitê Gestor do IBS, e a transição escalonada começa em 2026 e vai até 2033.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo que responda necessariamente aos seguintes tópicos:

1. Identifique a estrutura do IVA dual e indique quais tributos serão substituídos pelo novo sistema.
2. Explique o princípio do destino e o regime de não-cumulatividade (crédito financeiro) previsto na LC nº 214/2025.
3. Resuma o cronograma de transição (2026–2033) e indique o papel do Comitê Gestor do IBS.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Discursiva 2

Estados que concedem incentivos de ICMS costumam adotar mecanismos de compensação financeira para mitigar a renúncia de receita e preservar metas fiscais. Em Sergipe, empresas que participam de programas de desenvolvimento econômico devem depositar, mensalmente, uma fração da vantagem econômica obtida com o incentivo em um fundo estadual específico. Esse depósito é condição para continuar usufruindo o benefício e segue regras próprias de cálculo, prazos e documentação, sem alterar a sistemática do ICMS devido na apuração regular da empresa.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo que responda necessariamente aos seguintes aspectos:

1. Indique a finalidade do FEEF/SE e o fundamento legal que o instituiu e regulamentou.
2. Explique quem está sujeito ao depósito ao FEEF, qual é a base de cálculo e o percentual usualmente aplicado.
3. Descreva, de forma objetiva, a forma e o prazo de recolhimento do depósito e comente seus efeitos na apuração do ICMS e no registro contábil da empresa.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?**

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

**NÃO É ASSINANTE?**

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

**CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES**

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>